

MICROISIS  
NÃO  
CIRCULA

9/89

330

PORTE PAGO  
DR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# ANÁLISE CONJUNTURAL

## SUMÁRIO

SOBRE O NEOLIBERALISMO E A CRISE NO BRASIL	1
IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA RECEITA DISPONÍVEL NO GOVERNO DO PARANÁ	4
OS ANTAGONISMOS DAS PROPOSTAS DE LEI AGRÍCOLA	7
SOBRE OS LIMITES DO ESPAÇO METROPOLITANO*	10
SEMINÁRIO SOBRE INFLAÇÃO: algumas considerações*	13
NOTAS SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL: o caso Brasil-Argentina	14
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - IPC (CUSTO DE VIDA) EM CURITIBA - AGOSTO/89	15
INDICADORES	18

ISSN 0102-0374 - Curitiba - v. 11, nº 9, p. 1-16, setembro 1989



## SOBRE O NEOLIBERALISMO E A CRISE NO BRASIL

José Miguel Rasia\*

A compreensão do que é o neoliberalismo hoje no Brasil passa por três eixos básicos:

- a) pela formação da ordem burguesa no Brasil;
- b) pelo entendimento que segmentos da burguesia, os quais se dizem adeptos e mesmo defensores do ideário neoliberal, possuem do Estado e de suas funções, dada a conjuntura de crise;
- c) pela compreensão que estes segmentos possuem da crise.

É intrigante acompanhar algumas formulações desse ideário, bem como a origem de seus respectivos agentes sociais, enquanto se dizem herdeiros do não-intervencionismo estatal no mundo da produção e do mercado. Mas, na verdade, enquanto burguesia nacional, forjaram-se sob a proteção do Estado. É isto que se pretende demonstrar neste artigo. Ou seja, o ideário neoliberal que estes segmentos assumem está posto de forma a relevar uma certa contradição entre as articulações dessa burguesia com o Estado que, neste momento, através de seu discurso, combate.

À primeira vista, no que diz respeito ao neoliberalismo, tudo parece muito simples e justificável. O Estado, com sua ação inter-

va privada e cresce desmesuradamente, sem que a sociedade possa controlá-lo, fazendo com que se transite de um Estado Liberal com uma racionalidade própria fundada na competitividade, para uma situação de irracionalidade quase absoluta, que beira ao caos e à ingovernabilidade. Como se poder-se ver mais adiante, isto não é totalmente verdadeiro, pois nem mesmo a ordem competitiva se instaurou aqui sob a égide do liberalismo clássico.

O ideário neoliberal tem por objetivo atacar a situação de crise e recompor o Estado via recuperação de um mínimo de racionalidade, que se expressa na redução do tamanho do Estado e na recuperação de sua eficiência. Não se pode duvidar, é claro, que o Estado cresceu, no Brasil, de forma desmedida e deteriorou sua capacidade de prestar serviços. Essa deterioração não resulta, porém, de seu crescimento, pois é bom que fique claro desde já que não é o tamanho do Estado que o torna ineficiente, que o faz produzir maus serviços e nem é essa a origem da crise.

Talvez valesse a pena lembrar aqui a formação da ordem competitiva e dos segmentos burgueses no Brasil e suas articulações com o Estado Nacional. Neste processo, o liberalismo, no Brasil, defrontou-se com um conjunto de tensões que o tornaram uma ideologia, em certa medida, historicamente desfocada, ou uma "idéia fora de lugar". Ou seja, as condições sociais e polí-

ticas que a ideologia liberal encontra aqui são adversas a seu desenvolvimento. A elaboração estrutural e dinâmica da competição como força social fundamental para a realização da dominação burguesa e dos esforços de modernização é deformada. Como afirma Florestan Fernandes, aqui a ordem competitiva se vincula

(...) definida e definitivamente, a um contexto ultraconservador e terrivelmente egoísta de absorção das inquietações sociais e das inovações institucionais inevitáveis. Dessa perspectiva, o privatismo dos estamentos intermediários fazia contraponto ao de estamento senhorial. Ele se objetivou socialmente como se os interesses particularistas dos grupos que podiam empolgar a "propriedade privada" e manejar a "livre iniciativa" constituíssem o verdadeiro altar da Pátria. Tudo lhe seria "naturalmente" devido. Essa conexão psicocultural da competição só se converteu numa influência socialmente construtiva para a evolução da sociedade nacional no momento em que a decomposição da ordem senhorial atingiu o seu clímax. Então as inconsistências entre o "status atribuído" e o "status real" dos estamentos intermediários serviu como um fluido que ampliou a fogueira, sem criá-la. Os ressentimentos e frustrações encontraram por fim, uma válvula de esca-

pe, a qual alimentou uma pasmosa mudança de orientação de atitudes e comportamentos. No entanto, atravessando o ponto alto da crise e da euforia que os levou a apoiar no último entreto, a queda da Monarquia e a implantação da República, esses estratos sociais retornaram à rotina precedente: Continuaram a apegar-se, agora, como classe média emergente, à modernização e à democratização como meros expedientes de privilegiamento de seus interesses e de seu destino social. De uma ponta a outra, jamais almejavam requerer a revolução dentro da ordem, o reino do tipo de equidade que é consagrado pela ordem social competitiva, porque sempre se mantiveram medularmente presos ao antigo regime, embora combatendo-o em sua ordenação e na sua superfície. Ficaram entregues a uma obscura missão histórica de fiadores da perpetuação crônica do "poder conservador" e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento tanto da sociedade colonial quanto da sociedade imperial.<sup>1</sup>

Assim, a formação do Estado Nacional esteve ligada à criação e à sustentação de agentes econômicos e sociais que tiveram sempre seus interesses definidos a partir de um quadro político de defesa de interesses particularistas e, em certa medida, privatistas. Privatistas, não no sentido do conceito de privado desenvolvido pelo liberalismo, mas no de se fazerem prevalecer interesses individuais ou de classe no interior do Estado. A burguesia nascente emerge, desse modo, com uma herança do passado: conservadora, senhorial e autocrática. Distanciada, portanto, em muito, daquilo que vai caracterizar a burguesia que resulta da destruição da ordem feudal na Europa.

Assim, o que ocorre aqui, desde o início, é uma continuidade da mentalidade e das atitudes políticas de tipo senhorial e estamental no interior da ordem social competitiva em formação: essa burguesia está pouco preocupada com as questões relativas à racionalidade da ordem social e econômica e com o alcance e as funções do Estado. O privatismo que desenvolve, como se verá a seguir, é um privatismo de privilégios, de exclusão.

( . . . . ) ao longo do processo histórico ( . . . . ) a competição foi assimilada pela ordem escravocrata e senhorial, na qual se tornou uma influência secundária, mas ativa. Ela ficou associada, em suas origens mais remotas, aos interesses, valores sociais e estilo de vida dos estamentos privilegiados e dominantes. Em termos de requisitos ideais da integração e funcionamento do que seria, mais tarde, a ordem social competitiva, esse desenvolvimento pode ser considerado sociologicamente, como propiciador de uma deformação operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vincula (genética, estrutural e funcionalmente) a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes e mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação

social variavelmente pré e anti-capitalista. Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou sócio-culturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais pela competição concorrem para manter ou preservar o "passado no presente", fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão ( . . . ) é de veras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista mais para a realização do privilégio (ao velho estilo) que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomos, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semi-coloniais( . . . ). Aqui, cumpre ressaltar em especial, a estreita vinculação que se estabeleceu, geneticamente, entre interesses e valores sociais substancialmente conservadores (ou em outras terminologias particularistas e elitistas) e a constituição da ordem social competitiva ( . . . ). Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acarretar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o "burguês moderno" renascesse das cinzas do "senhor antigo". Em outras palavras, ela engendra uma ordem social, que além da desigualdade das classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processos sociais ( . . . )<sup>2</sup>.

Desta forma, a origem da sociedade de classes no Brasil, dentre outros elementos, contou com a presença de uma herança de dominação que não foi rompida e que não corresponde à ética burguesa, no sentido de dotar a sociedade brasileira de instrumentos de poder voltados para a realização dos princípios liberais num primeiro momento e, posteriormente, para o bem-estar social.

O Estado, dentro desta visão tão particularista da burguesia brasileira em formação, é entendido como um instrumento que em sua origem é mais um prolongamento dessa burguesia nascente, do que uma instância pública, para a qual convergem os diferentes interesses dos diversos segmentos sociais. Ao contrário, o Estado é entendido aqui como propriedade de uma classe em particular, e, enquanto tal, assume sempre diferentes formas da dominação despótica. Em nenhum momento, o Estado aparece para a sociedade como o "lugar" de possíveis alianças democráticas; mesmo porque a distância que o separa da sociedade é tão grande quanto a distância que separava o senhor do escravo no antigo regime.

Se é neste contexto que surge a burguesia brasileira, ela surge, porém, sem ter realizado sua revolução, sem transformar, social e institucionalmente, a sociedade nacional em seus elementos mais significativos. Seu projeto de modernidade não nega

o passado, nem mesmo na Revolução de 30. O que houve aí, ao contrário do que muitos autores afirmam, não foi a concretização da revolução burguesa, mas sim um acomodamento das elites regionais que assumem agora um caráter nacional, sem perder suas especificidades.

Em 30, portanto, não é uma nova elite que assume o poder. O que ocorre, convém insistir, é uma conciliação de interesses regionalizados e aparentemente conflitantes, pois, no fundo, o controle do Estado, enquanto instrumento da dominação, permanece nas mãos de quem sempre esteve: das elites agrárias e comerciais. A novidade fica por conta da incorporação da elite industrial nascente ao pacto de poder e do novo tratamento que se dará à classe operária. A questão social passa a ser institucionalizada pela legislação que se cria a partir dos anos 30. Isto não significa, porém, que se resolvam os problemas de uma sociedade urbana em expansão, via adoção de políticas sociais que favoreçam os setores marginalizados da população. Neste sentido, o pacto continua elitista e conservador.

Pode-se levantar a idéia de que a partir dos anos 50 e, principalmente nos anos 70, se tenha imposto uma ruptura no pacto de poder pela entrada, na cena política, de novos agentes econômicos, representados pelo avanço do processo de industrialização que se acentua com a participação do capital multinacional.

Até aqui, porém, a burguesia nacional não questionou o caráter e as funções do Estado. Ao contrário, ela se postou com os militares e com o capital multinacional no Golpe de 64 contra as ameaças de um Estado que prometia reformas de base e, portanto, a revisão de certos privilégios historicamente estabelecidos. Ato seguinte, continuou a defender seus interesses particularistas, participando ativamente do processo de endividamento externo iniciado nos anos 50 e levado ao extremo nos anos 70, não tendo em momento algum se levantado contra a irracionalidade do Estado e de seu intervencionismo na produção e no mercado. Ao contrário, o Estado teve aí um importante papel de agente não só político, mas também econômico, na medida em que viabilizou aquilo que, em outro artigo,<sup>3</sup> denominou-se a modernização excludente do País, condição essencial para a reprodução ampliada do capital e para o aumento das diferenças sociais.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que WEBER entendia como "poder político indireto". As próprias "associações de classe", acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, viviam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal de acordo com seus fins particulares. Em conseqüência, a oligarquia não perdeu a base de poder

*que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete por igual com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do atraso quanto do adiantamento das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustará à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição de uma modernização impetuosa intransigente e avassaladora.<sup>4</sup>*

De posse desse quadro, pode-se retomar a questão inicial proposta neste artigo para se perguntar: que conjunto de agentes econômicos e sociais é esse que, durante os anos do milagre econômico, à moda do antigo regime, se serviu dos privilégios que o Estado ofereceu, que cresceu e acumulou exatamente sob sua proteção, que partilhou das benesses de um processo de endividamento e que ajudou a gerar o déficit público através dos incentivos e subsídios que recebeu do Estado, no qual vê hoje irracionalidade, excesso de intervencionismo e muita ineficiência, sem se perceber cúmplice desse processo?

## **O conservadorismo da estratégia neoliberal consiste na busca da cumplicidade dos diferentes segmentos sociais para o ataque ao Estado e, no limite, seu desmonte.**

A questão que se propõe não é moral, mas de ordem política e histórica, e se coloca como fundamental quando se quer desvendar os equívocos desse ideário neoliberal. Diante do que se afirmou, é possível acreditar que a burguesia nacional tenha mudado seu caráter de burguesia associada ao Estado? Parece que a associação pode não interessar, agora, por uma razão muito particular: a conjuntura de crise não permite que o Estado trate o segmento como um todo com a mesma equidade. A possibilidade de serem excluídos dos benefícios que sempre lhes foram concedidos remete alguns setores desse segmento social a se voltarem contra o Estado em nome do ideário neoliberal.

Em primeiro lugar, os segmentos neoliberais atacam o tamanho do Estado e, como é de conhecimento corrente, seu excesso de estatização e controle de certos ramos ou setores da produção. Em segundo lugar, estes segmentos contrapõem-se ao Estado entendendo-o como uma máquina de corrupção e de troca de favores, o que os ajuda a disseminar um juízo equivocado da política e dos políticos: todos corruptos. Fazem, portanto, uma generalização que visa, antes de mais nada, despolitizar o Estado e a própria política e, paradoxalmente, apresentam seus agentes políticos como os "novos políticos", aqueles que não têm os históricos compromissos com as elites e não possuem interesses outros que não os interesses voltados para a redução do Estado, da corrupção e a realização do bem-estar geral da sociedade; em terceiro lugar, esses segmentos criticam o Estado e afirmam ser este um gerador de ótimos empregos e prestador de péssimos serviços.

Neste conjunto muito reduzido do que é o ideário neoliberal, pode-se situar o ponto a partir do qual os segmentos envolvidos com esse ideário centralizam sua ação. O primeiro resultado é uma avaliação ambígua do Estado e de suas funções na sociedade brasileira e também da crise que se enfrentou praticamente durante toda a década de 80. Faz-se necessário, portanto, desmontar o conjunto de argumentos que têm sustentado este tipo de pensamento.

Do ponto de vista do discurso sobre o qual se sustenta e através do qual se veicula o ideário neoliberal, há que se considerar a separação entre o discurso político-teórico e o discurso político-militante. Não se tratará aqui de questionar a produção teórica dos neoliberais, mas sim sua transformação num discurso político-militante. Esta é a ponta que mais interessa para o presente texto. A transformação de um discurso político-teórico em discurso político-militante tem como objetivo buscar a aceitação do cidadão para uma possível explicação da crise.

Segundo os neoliberais, a origem da crise se inscreve no interior do Estado. Para sua gênese, não concorrem os interesses particulares de *lobbies* na orientação das políticas econômicas e sociais do Estado. Em certa medida, os segmentos da burguesia que participaram historicamente dos privilégios que o Estado foi capaz de gerar e distribuir retiram-se de cena neste momento, e mais, distanciam-se dele como se esse fosse completamente autônomo em relação aos interesses de classe. Ao distanciar-se do Estado, eximem-se de qualquer responsabilidade na gênese e na solução da crise.

Assim, o discurso neoliberal procura reprovar o Estado e suas ações no contexto da sociedade. Isto não significa dizer que se assume aqui a sua defesa, mas o que se pretende é chamar a atenção para outros pontos aos quais o ideário neoliberal tem dado muito pouca ênfase ou praticamente deixado de lado, principalmente às questões relativas à democratização da sociedade e à participação dos diferentes segmentos sociais na busca de uma solução para a

crise, sem que as soluções se centrem única e exclusivamente no ataque ao Estado. Aliás, este deveria ser pensado e entendido como uma "instância" envolvida com a crise e, portanto, especialmente interessada numa possível solução.

Tomando as teorias que explicam o origem do Estado, pode-se identificar um discurso político de cunho teórico que se preocupa em explicar sua origem, suas funções e, ao mesmo tempo, justificar sua existência. É bom que fique claro que os discursos mencionados aqui a partir de LOCKE possuem relações estreitas com um projeto moderno de dominação que começa a se delinear no século XVII com a superação da ordem feudal pela ordem capitalista. Estes discursos, elaborados com base num conjunto de transformações históricas, assumem o estatuto teórico com maior ou menor rigidez científica, mas não podem ser reduzidos a meros discursos político-militantes. A militância que daí resulta procura resolver questões cruciais para o desenvolvimento da ideologia e revolução burguesas que vão desde o exercício absoluto do poder proposto por Maquiavel e Hobbes, às questões de igualdade, propriedade, cidadania e liberdade, por um lado, e, por outro, à conciliação entre Estado e Sociedade Civil.

No caso brasileiro, a história sempre nos remete a essas questões, que ainda hoje não foram resolvidas. Que pensar do ideário neoliberal que procura uma solução para a crise, fazendo "vista grossa" para tais questões? O que se busca, a partir de uma forma estreita e limitada do entendimento da crise, é combater a intervenção do Estado na economia, tanto na produção e nas relações que a envolvem, quanto no mercado, mais do que dar conta das questões acima relacionadas. Sem enfrentá-las, é impossível cobrar do Estado racionalidade e eficiência. O ideário neoliberal, no caso brasileiro, é parte de uma estratégia de produção de verdade política desde um ponto de vista conservador. Enfim, representa um novo disfarce das elites tradicionais. Não creio que represente os interesses de uma "nova burguesia" desejosa de mudanças nas relações de classe e nas relações entre Estado e sociedade. O que se deseja mudar é a relação específica entre os segmentos da burguesia e as formas de intervenção do Estado na economia, nada além disso.

O conservadorismo da estratégia neoliberal está, portanto, na busca de cumplicidade de diferentes segmentos sociais para o ataque ao Estado e, no limite, seu desmonte. O que se procura, portanto, é uma aliança com aqueles segmentos sociais cujos interesses são menos representados no Estado, porque excluídos de toda a ação política, a fim de atacá-lo e não para redirecionar sua ação, tendo em vista a realização de um mínimo de bem-estar e racionalidade. Ou seja, procura-se, através desta possível aliança com quem mais necessita do Estado, destruí-lo.

Esquecem-se os neoliberais da necessidade que se tem hoje, no Brasil, de priorizar uma outra discussão, a qual diz respeito à passagem de um Estado autoritário para um Estado democrático. A realização plena da modernidade, para deixar de ser exclu-

dente, passa, necessariamente, pela redefinição do papel e das funções do Estado, mas não na direção e no sentido proposto pelo ideário neoliberal e pelos políticos que o veiculam hoje no Brasil.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

<sup>1</sup>FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.161. Grifos no original.

<sup>2</sup>FERNANDES, p. 167-8.

<sup>3</sup>RASIA, José Miguel. Modernidade e progresso técnico; observações sobre a crise brasileira. Análise Conjuntural, Curitiba, 11 (5) : 2-5, maio 1989.

<sup>4</sup>FERNANDES, p. 204-5. Grifo no original.

# IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA RECEITA DISPONÍVEL NO GOVERNO DO PARANÁ

Gedalva Baratto \*

A Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná — SEFA — esteve presente nas várias fases do processo constituinte, com o objetivo de auxiliar os dirigentes públicos na tomada de decisões, analisando as implicações financeiras das propostas que surgiram. Assim, visando ao aproveitamento da experiência acumulada, bem como à obtenção de resultados mais exatos, reavaliou-se o impacto financeiro da Reforma Tributária sobre a receita disponível do governo do Paraná.

Portanto, não é objeto deste artigo abordar a Reforma Tributária em seus aspectos políticos, de carga tributária, de regressividade e justiça fiscal, de federalismo e partilha de recursos entre esferas de governo. Da mesma forma, o processo de negociação nas inúmeras fases da Constituinte, as dificuldades na elaboração da legislação complementar e a implementação da reforma são aspectos que merecem avaliação à parte.

De qualquer modo, mesmo restringindo-se aos aspectos financeiros, as estimativas da SEFA tornaram-se necessárias para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária de 1990, a qual deve incorporar as novas rubricas de receita, bem como as modificações ocorridas naquelas já existentes. Outro objetivo é o de subsidiar o processo de negociação de itens da reforma ainda não regulamentados, como os que dependem de aprovação no Congresso.

## Principais Alterações da Receita Disponível dos Estados

No que diz respeito aos estados, a Reforma Tributária implicou as seguintes alterações:

- ao antigo ICM, foram incorporados os extintos impostos únicos sobre minerais, combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, energia elétrica e, ainda, os impostos sobre serviços de transportes e comunicações. Estes cinco impostos estavam sob a competência tributária da União, embora a receita auferida fosse partilhada com os estados e municípios, sob diversas hipóteses e critérios. A Constituição prevê ainda a possibilidade de co-

brança do novo imposto — o ICMS\* — sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados que venham a ser definidos em lei complementar, bem como sobre a diferença entre a alíquota interna e a interestadual nas operações com ativo fixo e material de consumo com destino a contribuinte. A possibilidade de modificações nas alíquotas também está prevista na Constituição;

- o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis — ITBI —, cuja receita os estados partilhavam com os municípios numa proporção de 50%, passou para a competência tributária dos municípios, sendo excluído, entretanto, das transmissões *causa mortis* e doações, que permaneceram com os estados. O novo tributo estadual, o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Bens e Direitos — ITCMD — inclui a tributação sobre transmissões de bens móveis, inexistente no antigo ITBI;
- a Constituição autorizou aos estados a instituição de adicional de até 5% do Imposto de Renda pago à União, sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital;
- nas transferências federais, a cota-parte dos estados na receita do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza — IR — e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — foi elevada de 14% para 21,5%, de forma escalonada (18% na promulgação da Constituição 19% em 1989, 19,5% em 1990, 20% em 1991, 20,5% em 1992 e 21,5% em 1993). Os critérios de partilha entre os estados serão definidos em lei complementar;
- os estados perdem as cotas-partes na receita dos impostos incorporados ao ICMS, com exceção do Imposto sobre Serviços de Comunicações — ISC —, cuja receita era exclusiva da União;
- os estados serão parcialmente ressarcidos das perdas de ICMS, com a imunidade constitucional, na exportação de produtos industrializados, através de um fundo de compensação, composto por 10% da receita do IPI;

g) no capítulo "Da Organização do Estado", a Constituição prevê compensação financeira — *royalties* — no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais. Como os recursos deverão transitar pelo Tesouro Estadual, os ganhos decorrentes foram incluídos no impacto da Reforma Tributária.

Quando todos esses itens tiverem sido implementados, o impacto final proporcionará um acréscimo de 17,4% na receita disponível do governo do Paraná (total da receita excluindo-se apenas as operações de crédito). O ganho poderia ser de 23,1% caso não houvesse aumento nas transferências aos municípios (tabela 1).

O impacto de cada componente no total da receita disponível, totalizando os 17,4% de acréscimo na parcela estadual da receita, é a soma de: 13,3% no ICMS; menos 0,8% no ITCMD relativamente ao anterior ITBI; 2,2% do adicional do IR; 1,3% do Fundo de Participação dos Estados — FPE —; menos 2,8% devido à perda das cotas-partes nos impostos únicos; menos 0,5% pela perda da cota-parte no Imposto sobre Serviços de Transporte — IST —, mais 3,2% da cota-parte no Fundo de Exportação; e 1,5% de *royalties* sobre hidreletricidade.

A respeito da parcela estadual da receita, a nova situação dos principais componentes, em relação à anterior, apresenta a seguinte configuração:

- a parcela estadual da receita tributária será 19% maior do que era anteriormente, em decorrência de um acréscimo de 17,9% no ICMS, de uma queda de 66,5% no ITCMD, em contrapartida à parcela estadual que era auferida com o ITBI, e da competência tributária de instituir o Adicional do IR. O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores — IPVA — e as taxas permaneceram inalterados;

\*Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

\*Economista, agente fiscal lotada na Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.